

O ANALFABETISMO NO CENSO DEMOGRÁFICO 2010: BREVE ANÁLISE DOS INDICADORES

ANA DANIELLA DAMASCENO

Professora da Faculdade Latino Americana de Educação – FLATED.

E-mail: anadaniellad@yahoo.com.br

Primeiras Palavras

O desejo de compreender as características econômicas, sociais e culturais através de levantamentos censitários não é um hábito recente. Desde 1872, o então Brasil Imperial já desenvolvia pesquisas junto a seus habitantes a fim de identificar o seu tamanho e as dimensões dos desafios ora postos.

A questão educacional esteve presente desde os primeiros levantamentos estatísticos com o objetivo de traçar um perfil da população no que se referia aos aspectos escolares e culturais. Desta forma, um indicador que sempre se sobressaiu nestas pesquisas fazia referência à baixa escolaridade apresentada pela grande maioria da população brasileira, o que colocou o Brasil, por muito tempo, entre os países com as piores taxas de analfabetismo do mundo.

O último desde levantamentos realizado no Brasil apresentou resultados significativos no que se refere a ampliação da escolarização da população do país, em especial a jovem e adulta. Seguindo uma tendência que já vinha se apresentando há algumas décadas, o Censo de 2010 anunciou uma redução na taxa de analfabetismo nesta faixa etária de 15 anos ou mais.

É, pois, sobre tal fato que este trabalho pretende se debruçar, ao analisar os resultados apresentados pela pesquisa censitária de 2010 acerca da taxa de analfabetismo no Brasil e no Ceará. Para tal, pretende-se traçar uma análise comparativa entre estes indicadores e os anteriormente divulgados como forma de melhor compreender o quadro atual no qual se encontra a escolarização da população jovem e adulta.

Para tal, foram utilizados como fonte primária de análise os próprios dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística acerca da educação brasileira, com foco particular nos indicadores do analfabetismo. Como forma de melhor compreender tais indicadores, buscou-se contextualizá-los à luz dos estudos produzidos por autores que tem como objeto de estudo a questão do analfabetismo, em especial aqueles que buscam compreender a sua transformação enquanto questão social ao longo da própria história da educação brasileira, além de uma conseqüente ampliação dos conceitos de analfabetismo e alfabetização ocorrida nas últimas décadas.

Assim, o presente artigo está organizado seguindo uma estrutura em que o objeto abordado pudesse ser analisado em suas diferentes facetas, sendo que no primeiro momento buscou-se uma análise da evolução do conceito do que é ser um sujeito alfabetizado, o surgimento dos termos analfabetismo absoluto e alfabetização funcional, ou letramento, e de como tais transformações conceituais foram incorporadas nas pesquisas censitárias no Brasil.

Num segundo momento do texto, são apresentados os dados do Censo demográfico de 2010 sobre o analfabetismo, em especial o registrado entre a população jovem e adulta, realizando uma análise comparativa com os dados dos censos anteriores. Buscou-se neste ponto identificar quantos e onde estão estes jovens e adultos pouco ou não escolarizados, quais as suas características sociais, econômicas, geográficas e de gênero e raça, a fim de que se pudesse compreender a questão do analfabetismo como um fenômeno social historicamente construído, e não como característica pessoal ou fruto de escolhas em determinado momento da vida.

Evolução do Conceito de Analfabetismo e Ampliação dos Dados sobre Escolarização Apresentados nos Censos Demográficos

Uma proposta de análise da questão do analfabetismo como a que se estar propondo desenvolver aqui precisa, inicialmente,

partir da definição dos próprios conceitos básicos acerca do que se estar chamando de analfabetismo e alfabetização, do que é ser um cidadão alfabetizado ou ser um indivíduo analfabeto. Estas definições não estão atualmente tão claras e definidas, havendo conflitos de conceitos e visões, fruto de todo um processo de transformação social e econômica que culminou com uma ampliação das demandas educacionais relacionadas às habilidades de leitura e escrita.

Segundo Soares (2003, p.10), até pouquíssimo tempo tinha-se muito claro o conceito de alfabetização como sendo o processo de ensinar e/ou aprender a ler e a escrever, enquanto o analfabetismo seria a ausência do domínio de tais habilidades. Em um dos dicionários mais populares, o Aurélio (2006), esta visão reduzida ainda é apresentada quando o termo analfabeto é definido como sendo aquele que “não sabe ler e escrever, que ou quem é muito ignorante”.

Tal visão do processo de alfabetização traz como consequência imediata a manutenção de uma postura preconceituosa para com o indivíduo que não teve acesso aos bancos escolares na idade vista como adequada, ou mesmo não teve condições de permanecer quando a escola ingressou. Estes, por muito tempo, foram considerados os grandes responsáveis pelo atraso econômico do país, sendo vistos como incapazes, a quem seria preciso oferecer oportunidade de regeneração através da escolarização (GALVÃO e DI PIERRO, 2007).

O analfabetismo, no entanto, só surge como problema social no instante em que a sociedade brasileira inicia seu processo de industrialização e urbanização em fins do século XIX e com maior intensidade ao longo de todo o século XX (PAIVA, 1987). No instante em que as relações sociais e de trabalho deixam de ter características rurais e são levadas ao contexto dos primeiros grandes centros urbanos, a educação passa a ser apontada como condição essencial para a efetivação do programa de desenvolvimento pretendido pelo país, onde saber ler e escrever surgem como habilidades essenciais para os cidadãos (FERRARO, 2009).

O processo de modernização da economia e, consequentemente, da própria sociedade brasileira, também surgiu como impulsionador de uma transformação conceitual do fenômeno da alfabetização. Na medida em que as relações sociais tornam-se mais complexas, com a incorporação de novos meios de comunicação e uma maior difusão dos conhecimentos produzidos (numa velocidade cada vez maior), vem-se também a ampliação das demandas sociais por leitura e escrita: já não basta apenas saber ler e escrever convencionalmente, mas é preciso saber utilizar tais habilidades cognitivas nos diferentes contextos sociais em que estas são demandadas (RIBEIRO, 2009).

Surgem, então, novos conceitos de alfabetização onde tais características são incorporadas. A definição de alfabetização é ampliada, passando-se a referir a uma alfabetização funcional ou letramento, onde segundo autores como Ribeiro (2009) e Soares (2003), as habilidades cognitivas de decodificação e codificação da língua são postas em situações reais do cotidiano onde estas são demandadas.

Neste sentido o conceito de analfabetismo também é ampliado, sendo posto em análise ainda o analfabetismo absoluto e o funcional, sendo o primeiro definido como a ausência das habilidades mínimas de leitura e escrita, enquanto o segundo como aquela situação em que o indivíduo domina as habilidades, mas não conseguem ser colocadas em práticas em contextos reais.

Todas estas mudanças conceituais trouxeram impactos não somente nas formas de compreender o fenômeno social da alfabetização/analfabetismo, mas também nos próprios mecanismos de identificação de tal fenômeno, como os Censos demográficos. Segundo Soares (2003, 10) desde os primeiros recenseamentos, os questionários utilizados indagavam simplesmente se a pessoa “sabia ler e escrever um bilhete simples” para identificar a existência da alfabetização. Após a década de 1950, passou-se a questionar se esta era capaz de “ler e escrever um bilhete simples”, evidenciando-se uma ampliação do conceito de alfabetização utilizado.

Mais recentemente, este processo de ampliação conceitual é reforçado com a identificação de índices de alfabetismo funcional, ao se analisar os dados relativos à escolaridade da população para além da simples alfabetização. Os censos desenvolvidos a partir da década de 1990 começaram a utilizar os anos de escolaridade como indicador da efetivação das habilidades de leitura e escrita¹.

No último recenseamento de 2010 uma nova compreensão acerca do perfil educacional da população foi traçado a partir de uma nova mudança nos questionários aplicados a população. O IBGE baseou seus dados sobre educação nas respostas dados sobre a frequência escolar dos brasileiros, se já tinham freqüentado ou não, qual a ultima série/nível concluído.

A compreensão de todas essas transformações conceituais possibilita, de certa forma, uma análise mais segura dos dados apresentados pelos censos demográficos ao longo desses ultimo dois séculos, visto que os números por si só não revelam a realidade, mas são as próprias condições sociais em que estes foram produzidos que possibilitará a sua interpretação.

Dados do Censo 2010 sobre Analfabetismo Adulto, Comparando com os Dados Anteriores

A questão do analfabetismo, como dito anteriormente, mostra-se nos recenseamentos como preocupação recorrente, estando presente desde os primeiros levantamentos realizados no país. Em estudo analisando as estatísticas oficiais sobre alfabetização, Ferraro (1985) afirma que já em um dos primeiros levantamento realizados em 1872, o país contava com cerca de 85% de sua população com idade superior a cinco anos sem saber ler e escrever. Esta tendência manteve-se até o início do século XX quando foram registrado movimento de declínio nas pesquisas seguintes.

¹ Para o IBGE, são consideradas alfabetizadas funcionalmente aquelas pessoas que concluíram, pelo menos, os quatro anos iniciais do Ensino Fundamental (SOARES, 2003).

Este mesmo fenômeno também é registrado entre a população na faixa etária de 15 anos ou mais, para quem Ferraro (1985 e 2002) nos destaca uma queda secular da taxa de analfabetismo entre jovens e adultos, ao mesmo tempo em que é registrado um avanço do número absoluto de analfabeto (ver Tabela I abaixo). Segundo o autor, o aumento no número de pessoas que se declararam analfabetas mesmo diante da ampliação sensível na taxa de alfabetização da população tem sua explicação no que ele denominou de um “processo de produção de novos analfabetos” (FERRARO,1985,p.46).

Tabela I - Evolução do número de analfabeto e da taxa de analfabetismo entre a população de 15 anos ou mais, segundo os censos demográficos (1900-2000)

Ano	Total	População não alfabetizada	
		Nº	%
1900	9.752.111	6.38.869	65
1920	17.557.282	11.401.715	64,9
1940	2309.769	13.242.172	55,9
1950	30.249.423	15.272.632	50,5
1960	40.278.602	15.964.852	39,6
1970	54.008.604	18.146.977	33,6
1980	73.542.003	18.716.847	25,5
1990	95.810.615	18.587.446	19,4
2000	119.533.048	16.294.889	13,6

Fonte: FERRARO,2002, p.34.

Tal “produção” dar-se através da ineficiência da ação da escola pública brasileira que, mesmo tendo seu atendimento universalizado já nas últimas décadas do século passado, ainda é marcada pela exclusão de muitos alunos que, ou não conseguiram assegurar

a sua entrada e/ou a sua permanência nos bancos escolares na idade adequada. Indicadores de (in) sucesso escolar como reprovação, repetência, evasão e baixa aprendizagem dos alunos corroboram com o aumento da distorção série/idade de nossos alunos ou mesmo a sua não permanência/entrada em sala de aula, justificando a existência de tais dados.

Neste sentido, é importante destacar aqui que ao longo de todo o último século o país passou por transformações profundas ligadas às suas características econômicas, sociais e culturais, onde a questão da escolarização foi colocada como pedra fundamental para a construção de um novo projeto de desenvolvimento econômico e de industrialização.

Essa tendência de aumento da escolaridade da população jovem e adulta também é seguida no primeiro recenseamento do século XXI, quando também percebe-se uma redução no número de pessoas que declararam não terem concluído a escolaridade mínima para efetivarem suas habilidade de leitura e escrita.

Segundo o Censo Demográfico realizado em 2010, o Brasil conta com uma população total de 190.755.799 habitantes, onde, destes cerca de 18.725.450 pessoas declararam nunca terem frequentado a escola, representando 9,5% da população. A pesquisa revela ainda que dentre os que nunca frequentaram quase 2/3, ou 73,4%, estão na zona urbana e os demais, 26,6%, na zona rural do país (BRASIL, 2013).

Detendo-se apenas na população jovem e adulta com 15 anos ou mais, que nesta última década chega a um contingente de cerca de 137.155.903 habitantes, representando quase 72% da população brasileira, observa-se que a taxa dos que nunca frequentaram a escola chega a mais de nove milhões (ver Tabela II). Dentre estes, cerca de 91% tem mais de 30 anos de idade e reside na zona urbana das cidades, o que equivale a 69,1%.

Tabela II – População jovem e adulta com 15 anos ou mais de idade que nunca freqüentaram a escola, segundo localização geográfica.

Zona	Jovem	Adulta	Total
Urbana	528.766	5.822.195	6.350.961
Rural	311.965	2.528.024	2.839.989
Total	840.731	8.350.219	9.190.950

Fonte: BRASIL, 2013

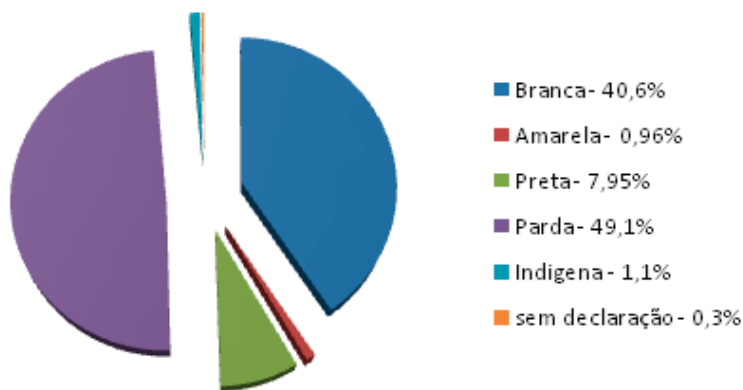
Quando analisado tais dados tendo como filtro a questão de gênero, observa-se que 9.415.879 mulheres declararam nunca terem freqüentado a escola, representando 50,3% do total, sendo que 75,5% destas mulheres residem nos centros urbanos das cidades.

É preciso destacar também a grande presença de idosos, com 60 ano ou mais, entre os que nunca estiveram na escola, o que representa sozinho 23,5% do contingente total. Este dado traz a torna o tamanho do desafio para a educação brasileira, requisitando um olhar diferenciado para a população idosa.

No que se refere à distribuição dos indivíduos que nunca estiveram na escola tendo como referência a cor ou raça declarada, pode-se identificar outra característica social desta parte da população brasileira (ver Gráfico I). Observa-se que da população que se declaram parda ou preta, de um total de 97,171.614 habitantes, cerca de 11% não tiveram o direito a educação garantido, número superior aos 8,4% registrada entre população declarada como branca.

Gráfico I

População com 15 anos ou mais que nunca frequentaram a escola de acordo com a cor ou raça



Fonte: BRASIL, 2013

Outro aspecto importante a ser considerado neste estudo diz respeito ao rendimento familiar desta parte da população brasileira. Segundo dados divulgados pelo IBGE, dos que declararam nunca terem frequentado a escola, cerca de 20% apresentaram rendimento per capita de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, colocando-os no grupo de “extrema pobreza”. Do outro lado desta realidade, apenas 1,2% desse contingente declararam ter renda superior a 5 salários por pessoa.

Entre a população jovem e adulta que nunca frequentou a escola, 1.372.598 pessoas, cerca de 7%, tinha renda de até $\frac{1}{4}$ de salário per capita. Diante de tais dados, reforça-se aqui a assertiva de que renda e escolarização são fatores complementares na sociedade contemporânea.

O Censo de 2010 também buscou identificar aqueles sujeitos que não concluíram a escolaridade mínima, apontando um contin-

gente de 65.043.145 habitantes de 15 anos ou mais que não tem instrução ou não concluíram o ensino fundamental completo. Estes jovens e adultos pouco ou não escolarizados apresentam um perfil semelhante aquele anteriormente descrito, com marcas da exclusão social que permeia as camadas populares do país (ver Tabela III).

Tabela III – Perfil das pessoas de 15 anos e mais de idade sem instrução ou com fundamental incompleto

Sexo		Residência		Cor/Raça				
Homem	Mulher	Urbano	Rural	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
32.989.003	32.54.142	49.685.065	15.358.081	26.392.261	6.204.534	640.560	31.424.616	350.064
50,7%	49,3%	76,6%	23,6%	40,6%	9,5%	0,9%	48,3%	0,7%
Rendimento mensal per capita (salário mínimo)								
Até 1/4	De 1/4 a 1	De 1 a 3	De 3 a 10	Mais de 10	Sem rendimento			
9.872.419	34.810.990	14.960.741	1.745.487	169.362	2.933.117			
15,3%	53,9%	23,2%	2,7%	0,3%	4,6%			

Fonte: BRASIL, 2013

Assim como nas pesquisas censitárias anteriores, observa-se que a taxa de pessoas com baixa escolaridade supera aqueles que se declararam sem instrução alguma, colocando-se como desafio ainda maior para as políticas públicas. Segundo censo de 2010, cerca de 34% não concluíram a etapa inicial de sua escolarização relacionada ao anos que compõe o Ensino Fundamental seja por não terem acesso a matrícula ou mesmo não tendo condições de permanência ao longo das séries pelos fatores de exclusão escolar anteriormente relatados.

Considerações finais

Percebe-se, portanto, que os números do censo demográfico de 2010 apresentam um quadro bem claro e amplo do perfil educacional da população brasileira, mostrando quem são, onde estão e quais suas características sociais e econômicas. Especialmente da população jovem e adulta pouco ou não escolarizada é possível desenhar alguns

traços socioeconômicos que sinalizam para a necessidade de uma abordagem mais ampla das políticas públicas a ela direcionada como forma associar à elevação da sua escolarização a melhoria das condições de trabalho e renda, entre outras formas de redução da exclusão social ligadas ao gênero, raça ou localização geográfica.

De uma forma geral, o brasileiro jovem e adulto com pouca ou sem qualquer escolarização é morador do centro urbano da cidade, de cor da pele parda, com idade superior aos 30 anos e renda per capita que não chega a um salário mínimo. Esta é a face não só da baixa escolaridade, mas também da exclusão social, daqueles homens e mulheres que não tem acesso não só ao direito a educação, mas também ao direito à saúde, à habitação, ao trabalho e renda, à segurança, entre outras negações.

Desta forma, é preciso destacar a amplitude do desafio ora reforçado com a divulgação dos dados do Censo de 2010 relacionado a uma dívida histórica para com o povo brasileiro ligado à garantia do acesso a escola de qualidade. É preciso assegurar não só as condições de aquisição das habilidades mínima de leitura e escrita, mas também a sua permanência até a etapa final da educação básica a fim de que os benefícios da escolarização se efetivem também na melhoria das condições de vida.

Por fim, reforça-se mais uma vez que apenas os números por si só explicam os fatos, sendo necessário o confronto com outras informações de forma a busca explicações e possíveis caminhos. Assim, a questão do analfabetismo adulto e juvenil, enquanto fenômeno histórico, precisa ser compreendido enquanto consequência da negação dos demais direitos sociais.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico 2010. Educação e Deslocamento*. Resultados da Amostra. Disponível em . Acesso em 15 de julho de 2013.

FERRARO, Alceu Ravello. Analfabetismo no Brasil: tendência secular e avanços recentes. *Caderno de Pesquisa*. São Paulo, Nº 52, fevereiro de 1985, p.35-49.

_____. Analfabetismo e níveis e letramento no Brasil: o que dizem os censos? *Educação e Sociedade*. Campinas, Vol. 23, Nº 81, Dezembro de 2002, p.21-47.

_____. *História inacabada do analfabetismo no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio*: o dicionário da língua portuguesa. 6ª edição revisada. Curitiba: Positio, 2006.

FREITAS, Marcos C. BICCAS, Maurilane de S. *História social da educação no Brasil (1926-1996)*. São Paulo: Cortez, 2009. (Coleção Biblioteca básica da história da educação brasileira, v.3)

FREIRE, Ana Maria A. *Analfabetismo no Brasil*: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde as Catarinas (Paraguaçu), Filipas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias e Grácias até os Severinos. São Paulo: Cortez. Brasília: INEP, 1989. (Coleção Biblioteca da educação, vol.4)

GALVÃO, Ana Maria de O. DI PIERRO, Maria Clara. *Preconceito contra o analfabeto*. São Paulo: Cortez, 2007 (Coleção Preconceitos, v.2)

GATTI, B. SILVA, T.R.N. ESPÓSITO, Y. L. Alfabetização e educação básica no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, Nº 75, novembro de 1990, p.7-14.

MORTATTI, Maria do rosário L. *Os sentidos da alfabetização*: São Paulo 1876-1994. São Paulo: UNESP, 2000.

PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos*. 5ª edição. São Paulo: Loyola, 1987. (coleção Temas Brasileiros II)

RIBEIRO, Maria Luisa S. *História da educação brasileira*: a organização escolar. 4ª edição. São Paulo: Editora Moraes, 1981. (coleção Educação Universitária)

RIBEIRO, Vera Masagão. *Alfabetismo e Atitudes*: pesquisa com jovens e adultos. Campinas-SP: Papyrus, 1999.

SILVA, Tereza Roserley Neubauer da. O que foi feito e o que ainda resta fazer para alfabetizar a população brasileira. In: *Alternativas de alfabetização para a América Latina e o Caribe*. Brasília: INEP, 1988. (Série Encontro e Debates, 5).

SOARES, Magda. Alfabetização: a resignificação do conceito. *Alfabetização e Cidadania*. Nº 16, julho de 2003, p.9-17.